

Ilustríssimo Senhor Presidente da Comissão Permanente de Licitação
do Município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro

Concorrência Pública n. 02/2023

Processo n. 8.611/2022

(proposta de preço - contrarrazões recursais)

COOPERATIVA DE TRABALHO DE PRODUÇÃO DE AUDIOVISUAIS DE SAÚDE, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA - COOPAS, doravante denominada "COOPAS", inscrita no CPNJ número 01.908.170/0001-31, com inscrição municipal número 02.222.418, com endereço matriz à Rua Hesperia, nº 16, CEP: 21.050-040, Mangueiras, Rio de Janeiro, RJ, vem por intermédio de seu representante legal, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar tempestivamente suas **CONTRARRAZÕES RECURSAIS** quanto aos recursos interpostos pelas licitantes UP SOLUÇÕES e PARTNERS COMUNICAÇÃO, nos termos do item 18.4 do edital e dispositivos legais aplicáveis.

**I - DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO INTERPOSTO PELA LICITANTE "UP SOLUÇÕES" e PELA LICITANTE "PARTNERS COMUNICAÇÃO":
INSUBSISTÊNCIA DO PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DA LICITANTE "COOPAS"**

Em síntese, tanto a licitante "UP SOLUÇÕES" quanto a licitante "PARTNERS COMUNICAÇÃO" insurgem-se contra a classificação da proposta de preços da licitante "COOPAS" sob o fundamento de que os valores propostos estariam acima do limite máximo fixado pelo edital.

O fazem, entretanto, sem qualquer razão ou amparo editalício ou normativo.

A bem da verdade, litigam contra a expressa disposição principiologicamente da Lei n. 8.666/93, que estabelece que os licitantes vinculam-se aos termos do instrumento convocatório ao qual aderem para participar da licitação:

Art. 3º. **A licitação** destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e **será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos** da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Mais do que isso, os recursos interpostos que pretendem desconstruir as regras editalícias buscam, de modo tortuoso, impelir ilegalmente os membros da Comissão Permanente de Licitação e demais autoridades responsáveis pelo certame a violarem o art. 41 da mesma Lei n. 8.666/93, que diz:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha **estritamente vinculada**.

Marçal Justen Filho leciona, a esse respeito, que:

Ao descumprir as normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia. O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através de instrumentos de controle interno da Administração Pública. **Nem mesmo o vício do edital justifica pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las. Verificando a nulidade ou a inconveniência dos termos do edital, a Administração Pública pode valer-se de suas faculdades para o desfazimento dos atos administrativos. Porém, isso acarretará necessariamente o refazimento do edital, com invalidação do procedimento licitatório já desenvolvido.** Deverá ser reiniciado o procedimento licitatório (inclusive com novas publicações pela imprensa). Ter-se-á, na verdade, novo procedimento licitatório. (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Ed. Dialética, 2010. p. 567/568)

A clareza da exposição acima dispensa maiores comentários e torna evidente a absoluta improcedência dos recursos interpostos pelas licitantes "UP SOLUÇÕES" e "PARTNERS COMUNICAÇÃO", **sobretudo quando se observa que o edital fala expressamente em estimativa referencial de preços**, não fazendo qualquer menção de que seriam considerados os montantes máximos admitidos para classificação das propostas:

9.5. O envelope "03" - PROPOSTA DE PREÇO

9.5.1. Conterá o Formulário Oficial de Proposta, a Planilha de Preços Unitários, conforme abaixo:

9.5.1.1. Será identificada a diferença entre o valor apresentado pela licitante e o valor **estimado**, para verificação do equivalente em percentual da mesma, para fins de atribuição da pontuação do quadro acima.

A **estimativas** para execução, aliás, foram feitas para de 2022 (há um ano atrás), o que reforça que os valores mencionados no termo são meramente **referenciais**:

6. ORÇAMENTO ESTIMADO/MEMÓRIA DE CÁLCULO

580



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	8611/2022
Data do Início	27/06/2022
Folha	581
Rubrica	

6.1 O custo global da licitação é de **R\$ 3.353.975,62** (três milhões, trezentos e cinquenta e três mil novecentos e setenta e cinco e sessenta e dois centavos), previstos para **execução em 2022**.

6.2 PLANILHAS DE CUSTOS

6.2.1 RELAÇÃO DE CUSTOS - FASE 1

Produto	Tempo estimado	Custo anual estimado
Jornal da tarde	1 hora de duração	R\$ 758.088,40
Debate	1h de duração	R\$ 724.168,12
Jornal da noite	1h30 de duração	R\$ 761.169,42

6.2.2 RELAÇÃO CUSTOS - FASE 2

Produto	Tempo estimado	Custo anual estimado
Revista Cultural	2h30 de duração	R\$ 869.249,68
Faixas de programação conteúdo licenciado	Sem limite de tempo	R\$ 241.300,00

TOTAL GLOBAL ESTIMADO	R\$ 3.353.975,62
------------------------------	-------------------------

O anexo I do edital, por fim, elimina qualquer dúvida a respeito, na medida em que estabeleceu as referências como mínimas e não máximas:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	8611/2022
Data do Início	27/06/2022
Folha	568
Rubrica	

ANEXO I

PLANILHA DE QUANTITATIVOS E VALORES UNITÁRIOS - ORÇAMENTÁRIA

ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL	<u>MENOR VALOR UNITÁRIO</u>	<u>MENOR VALOR TOTAL</u>
1 JORNAL DA TARDE - 1 HORA DE DURAÇÃO	UNIDADE	254	R\$ 2.984,60	R\$ 758.088,40
2 DEBATE - 1 HORA DE DURAÇÃO	UNIDADE	52	R\$ 13.926,31	R\$ 724.168,12
3 JORNAL DA NOITE - 1H30 DE DURAÇÃO	UNIDADE	254	R\$ 2.996,73	R\$ 761.169,42
4 REVISTA CULTURAL - 1H30 DE DURAÇÃO	UNIDADE	52	R\$ 16.716,34	R\$ 869.249,68
5 FAIXAS DE PROGRAMAÇÃO CONTEÚDO LIENCIADO - SEM LIMITE DE TEMPO	UNIDADE	254	R\$ 950,00	R\$ 241.300,00
TOTAL ORÇAMENTO				R\$ 3.353.975,62

O art. 40, X, da Lei de licitações permite apenas a fixação de preço máximo, **vedando a fixação de preços mínimos**, de modo que o Coopas jamais poderia presumir que o termo "mínimo" teria sido colocado no edital ilicitamente pela entidade promotora do certame, o que mais uma vez reforça que os **valores eram meramente referenciais**:

Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

[...]

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;

É de rigor, assim, a manutenção integral da decisão proferida pela CPL, que corretamente considerou aceitável e classificou a proposta da licitante COOPAS.

II - CONCLUSÃO

Ante o exposto, **requer-se o TOTAL DESPROVIMENTO dos recursos interpostos pelas licitantes UP SOLUÇÕES e PARTNERS COMUNICAÇÃO**, mantendo lúdima a classificação da signatária COOPERATIVA DE TRABALHO DE PRODUÇÃO DE AUDIOVISUAIS DE SAÚDE, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA - COOPAS.

Rio de Janeiro, RJ, 28 de julho de 2023.

**COOPERATIVA DE TRABALHO DE PRODUÇÃO DE AUDIOVISUAIS DE SAÚDE,
SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA - COOPAS**

CNPJ:01.908.170/0001-31